

PIS-Pasep apressa casamentos

Curitiba — "Constituição casamenteira". Este é o novo apelido que a nova Constituição brasileira recebeu em Curitiba. A cidade nunca registrou tantos casamentos como nos últimos dias e este fato vem sendo atribuído ao parágrafo segundo do artigo 239 da nova Carta, que proíbe a retirada das cotas do PIS/Pasep por motivo de casamento. Segundo oficiais dos cartórios de casamento, muita gente antecipou planos, e oficializando uniões antes que a Constituição entrasse em vigor.

Quem mais sentiu os efeitos da "Constituição casamenteira" foi o juiz de paz Elias Jorge Nassar, responsável pelos quatro cartórios de casamento da região central de Curitiba. Desde que foi aprovado o dispositivo constitucional que altera as normas de retirada do PIS-Pasep, Nassar teve multiplicada a sua carga de tra-



balho. Antes, conta, fazia cerca de 200 casamentos por mês, agora, a média subiu para 60 por dia.

Apesar do movimento crescente nos cartórios, o gerente de

captção da Caixa Econômica Federal no Paraná, Luiz Roberto Bond, afirma que não houve alteração no trabalho do setor. "Pelo menos não se percebeu nenhuma mudança substancial", diz.

PM gaúcha muda forma de atuar

Porto Alegre — Desde o momento em que a nova Constituição passou a vigorar, ontem os 22 mil homens da Brigada Militar do Rio Grande do Sul deixaram de realizar prisões de suspeitos, violar domicílios e limitar os espaços públicos para manifestações populares. Em entrevista coletiva, o comandante da corporação, coronel PM, Jerônimo Braga, disse que receberá hoje de Brasília 500 exemplares da nova Carta, que a partir de agora será a "bíblia" da Brigada Militar. Desde a última semana, os homens da brigada já estão recebendo as instruções sobre os novos procedimentos do policiamento ostensivo determinado pelos constituintes.

Com a nova Carta, a Brigada colocou mais homens na rua para não permitir que se crie a ilusão de que há mais liberdade para delinqüência. "É preferível correr o risco de errar na ânsia de acertar,



do que errar por omissão", definiu o coronel, que garantiu ser imediata a aplicação da nova Carta pela Brigada Militar. Com a nova ordem constitucional, a Brigada Militar vai mudar seu procedimento nas investigações.

"Antes, era prender para investigar. Agora, é preciso investigar para prender". Mesmo assim, o PM não acha que a segurança pública será prejudicada, embora preveja um período de adaptação as novas regras.

Idoso não tem ônibus de graça

Teresina — A Constituinte passou quase dois anos para elaborar o novo texto constitucional e num dos aspectos onde mais se exige pressa — que trata de direito adquirido para os idosos — o cumprimento vai esbarrar na burocracia e na falta de boa vontade. Nesta capital, no primeiro dia da promulgação da nova Carta, os velhos, com mais de 65 anos, que conquistaram — conforme está no capítulo VII, artigo 230 — o direito de passagem gratuita nos ônibus, sofreram a primeira decepção. O presidente do Sindicato dos Proprietários de Empresas de Ônibus, Osvaldo Mendes confessa que não tem sequer previsão de quando os cobradores e motoristas serão autorizados a não cobrar a passagem dos velhinhos.

Decepção
Rosa Cardoso do Nascimento tem 66 anos. É aposentada pela Previdência porque tem problemas de coluna. Recebe mensalmente Cz\$ 12.500,00. Ontem ela aproveitou o dia par ir ao comércio, onde pretendia comprar um tecido para fazer uma roupa, mas pagou Cz\$ 200,00 pelos quatro ônibus que teve que tomar. Ela diz que já tinha ouvido falar que não precisaria mais pagar a pas-



sagem mas não acreditou. "Ninguém faz nada pelos velhos mesmo", desabafa. Outro aposentado, Sebastião Ribeiro dos Santos, 65 anos, resolveu acreditar no que ouviu uma vez no programa Diário da Constituinte e saiu à rua muito animado. Mas ao tentar entrar no ônibus pela porta da frente acabou levando com a porta na cara. "Que decepção", contou.

Segundo Osvaldo Mendes, vai ser necessário se estudar uma forma de identificação para os maio-

res de 65 anos, "senão qualquer um vai chegar e falar que tem essa idade". Apesar de já saber há algum tempo da medida aprovada na Constituinte (onde tem um irmão, o deputado Felipe Mendes — PDS-PI), Osvaldo garante que não houve ainda interesse por parte dos empresários de discutirem o assunto. "Já temos muitos problemas com as demais passagens que representam 75% de prejuízos", justifica. Ele não admite também, que os velhos entrem pela porta da frente.